

#### ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

**EM** 

#### **07 DE FEVEREIRO DE 2012**

#### **ACTA Nº 3**

Aos sete dias do mês de Fevereiro do ano de 2012, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves e com a presença dos Vereadores Senhores, Avelino de Jesus Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e comigo, Carla Maria Conceição Rodrigues, Coordenadora Técnica
O Senhor Presidente justificou a falta do Vereador Senhor Eduardo Miguel Duarte Ventura, por motivos profissionais
Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos
ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta





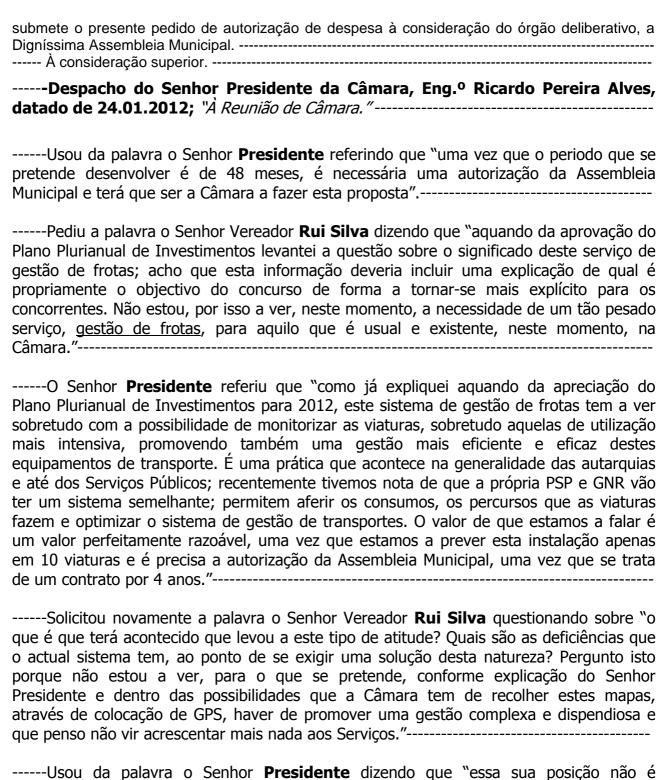
-----PRIMEIRO: Discussão e aprovação da **Acta nº 02,** correspondente à reunião ordinária realizada no dia **17 de Janeiro de 2012.**------Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **Acta nº 2** correspondente à reunião ordinária realizada no dia **17 de Janeiro de 2012.**-------

#### Capítulo Segundo

#### **Diversos**

PRIMETRO: Autorização de despesa para abertura de procedimento de
<b>Prestação de Serviços – Gestão de Frotas.</b> Presente a informação nº INF/DAGF/35/2012 datada de 18/01/2012 da Técnica Superior Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Relativamente ao assunto supra identificado, cumpre-me informar a V. Exa. o seguinte: Afigurando-se neste momento necessário proceder à abertura de procedimento para aquisição de serviços de gestão de frotas, e considerando uma estimativa de período de prestação de serviços de 48 meses (4 anos), será necessária a autorização desta despesa por parte da Digníssima Assembleia Municipal
Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho (ainda vigente por força do disposto no artigo 14.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro), conjugado com o n.º 6, "a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens" depende de "autorização do respectivo órgão deliberativo" quando o seu prazo exceda os três anos
Também nos termos do artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, "O prazo de vigência do contrato não pode ser superior a três anos, incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objecto, salvo se tal se revelar necessário ou conveniente em função da natureza das prestações objecto do contrato ou das condições da sua execução". Verificando as hipóteses apresentadas, em orçamento anexo, a realização de tal contrato, com prazo superior a 3 anos, justifica-se claramente num contexto de redução de custos e de economia para o Município de Arganil
Ora, conforme é visível através do referido orçamento, a despesa referente a abertura de procedimento carecerá da autorização da Digníssima Assembleia Municipal de Arganil. O primeiro mencionado artigo refere que é a abertura do procedimento carece de tal autorização, isto é, a autorização é anterior à aprovação desse mesmo procedimento, pelo que, de momento, o procedimento ainda não foi aberto, sendo este o momento de solicitação de autorização ao órgão deliberativo.
Nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a V. Exa. que seja a presente informação submetida à próxima reunião de Câmara, para que o órgão executivo

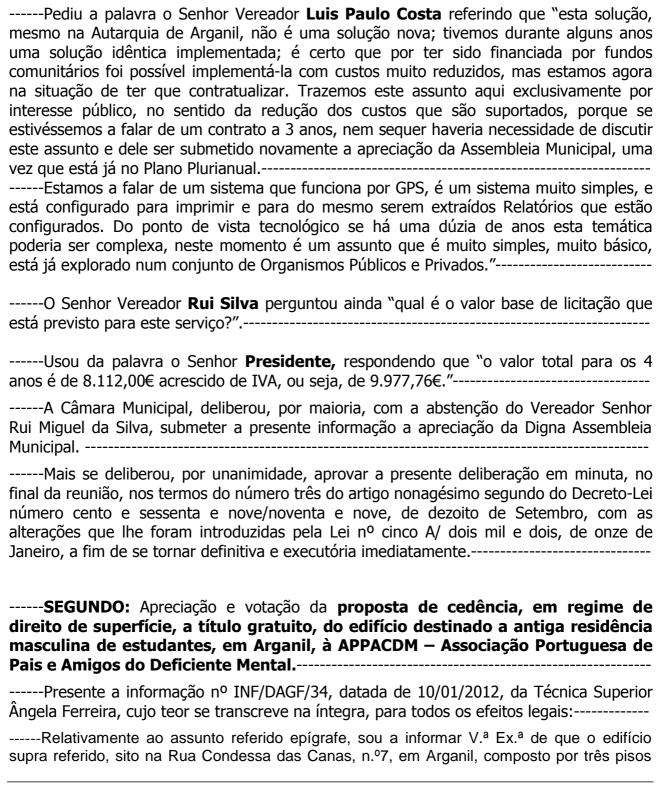




propriamente aquilo que tem sido a referência que temos tido de outros Municípios e de outros serviços públicos, que têm adoptado este sistema, porque daqui, normalmente resulta uma poupança, porque permite fazer uma gestão mais eficiente do sistema de



transportes, nomeadamente ao nível dos percursos e dos consumos, porque a partir desse momento conseguimos ter uma monitorização relativamente a essa matéria."------





(cave, rés/chão e 1.º andar) se encontra atualmente inscrito, a favor do Município de Arganil, na respetiva Matriz Predial Urbana da freguesia de Arganil sob o art.º n.º 1836.º, com a área total de 472,77m2, a que corresponde a área coberta de 316,70m2 e descoberta de 156,07m2, de acordo com a certidão de teor matricial obtida via internet no passado dia 5 e de acordo com as plantas elaboradas pelos serviços técnicos, documentos que se anexam e descrito a favor do Município de Arganil na respetiva Conservatória do Registo Predial de Arganil sob a descrição n.º 8256/20101126, pela AP 2951, de 2011/09/29.

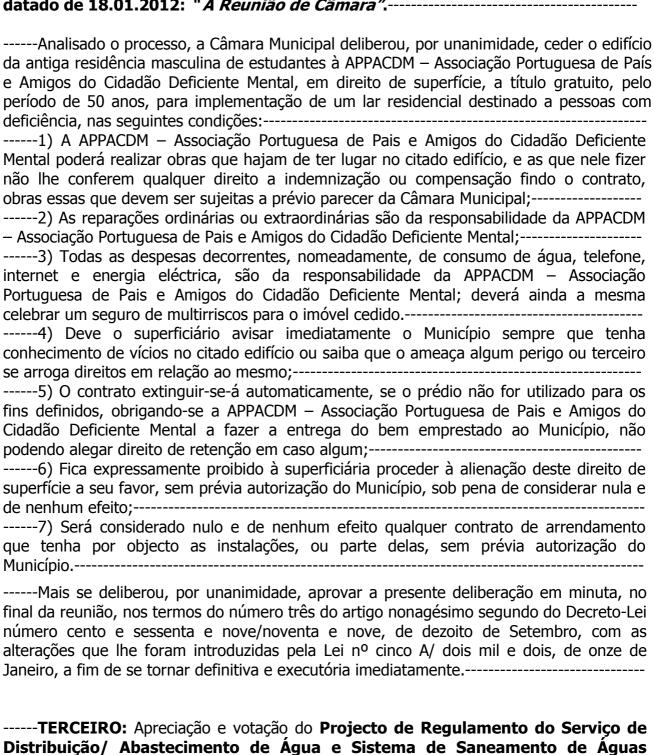
- -----b) As reparações ordinárias ou extraordinárias são da responsabilidade da APPACDM Associação Portuguesa de País e Amigos do Cidadão Deficiente Mental;------
- -----c) Todas as despesas decorrentes, nomeadamente, de consumo de água, telefone, internet e energia elétrica, são da responsabilidade da APPACDM Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; deverá ainda a mesma celebrar um seguro de multiriscos para o imóvel cedido.-------
- -----e) O contrato extinguir-se-á automaticamente, se o prédio não for utilizado para os fins definidos, obrigando-se a APPACDM Associação Portuguesa de País e Amigos do Cidadão Deficiente Mental a fazer a entrega do bem emprestado ao Município, não podendo alegar direito de retenção em caso algum;-------

seguintes) estando a mesma sujeita a escritura pública.-----À Consideração Superior,-------



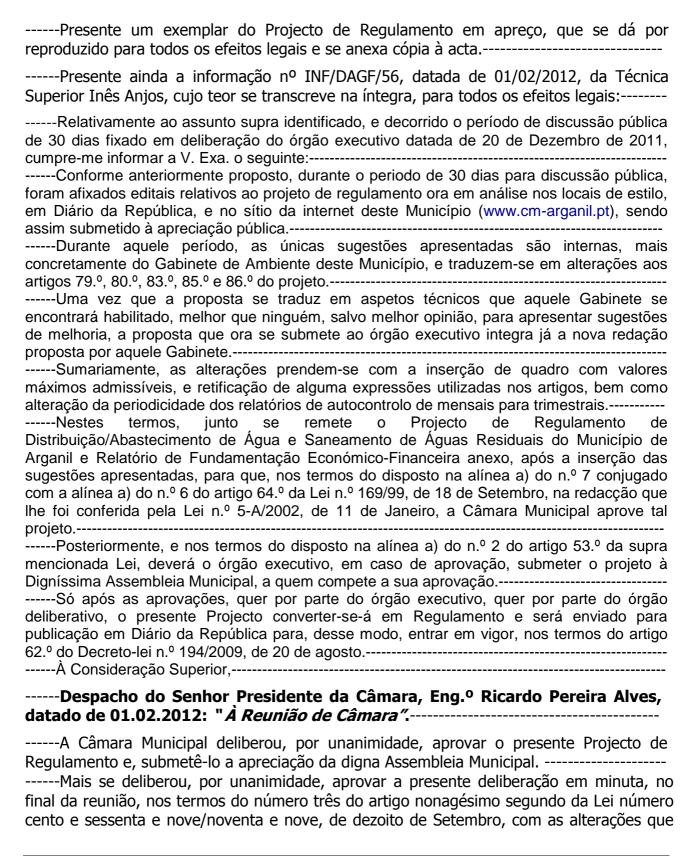


-----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 18.01.2012: "À Reunião de Câmara".-----



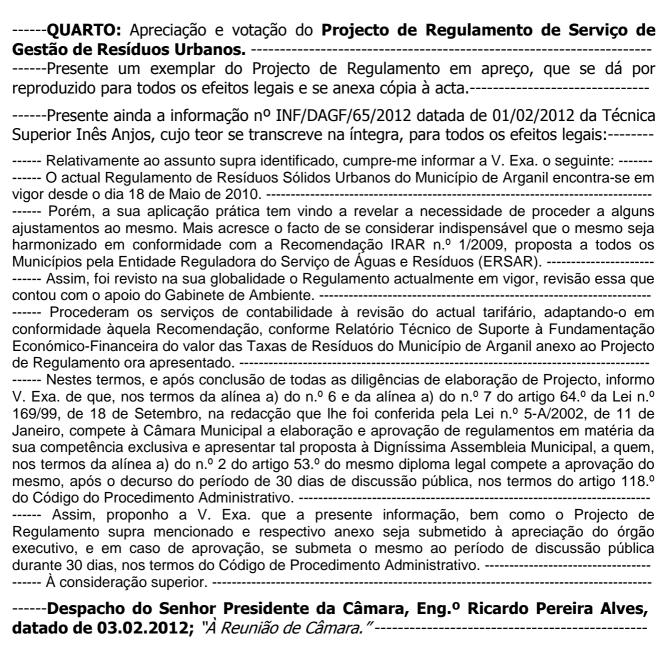
Residuais do Município de Arganil.







lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----



-----Pediu a palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referindo que "neste Regulamento estamos a falar dos resíduos sólidos; temos aqui na parte da fundamentação económico-financeira o tarifário dos resíduos sólidos; não está incluído aqui neste tarifário um outro valor que está apurado a seguir, que diz respeito aos serviços auxiliares, nomeadamente relacionados com a taxa de resíduos de construção e demolição de obras particulares isentas de licença; está aqui apurado o valor, de qualquer forma ele não foi

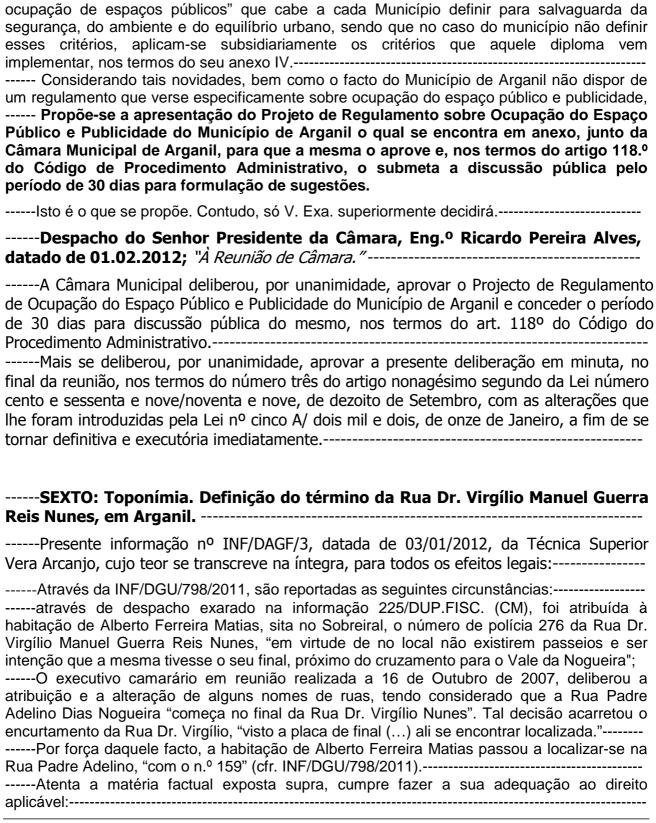


incluído neste tarifário; talvez valha a pena acrescentar um ponto nº 4, no artº 6 do tarifário, com os valores que foram apurados no artº 7;."------

-----QUINTO: Apreciação e votação de Projecto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Arganil. ----------Presente um exemplar do Projecto de Regulamento em apreço, que se dá por reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa cópia à acta.----------Presente ainda a informação nº INF/DAGF/66/2012 datada de 01/02/2012 da Técnica Superior Vera Arcanjo, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:--------- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa. do ----- O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril veio regularizar a iniciativa do "Licenciamento Zero", impondo-se, desse modo, uma adaptação regulamentar por parte dos Municípios, -----De facto, aquele diploma veio proceder a alterações legislativas, nomeadamente, como acontece com a Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto. ---------- Com efeito, o "Licenciamento Zero" veio estabelecer que a afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial não estão sujeitas a licenciamento, autorização, autenticação, validação, certificação, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, a registo ou a qualquer outro ato permissivo, nem a mera comunicação prévia nos casos tipificados no n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto (redação atual), conforme art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril. ----------- A afixação e inscrição de mensagens publicitárias não sujeitas a licenciamento fica sujeita à observação de critérios a definir pelos municípios, os quais produzem efeitos apenas após a sua publicação no "Balcão do Empreendedor", sem prejuízo da sua publicação nos portais dos municípios, aplicando-se subsidiariamente, caso os municípios não os venham a definir, os critérios estabelecidos no anexo IV do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril. ----------- Também ao nível da ocupação do espaço público aquele diploma legal acarreta algumas novidades, pois que o interessado na exploração de um estabelecimento deve usar o "Balcão do Empreendedor" para declarar que pretende ocupar o espaço público, entendido este como a área de acesso livre e de uso coletivo afeta ao domínio público das autarquias locais, para algum ou alguns dos fins previstos na legislação referida supra (ex. instalação de um toldo, de uma floreira, de contentor para resíduos). -----



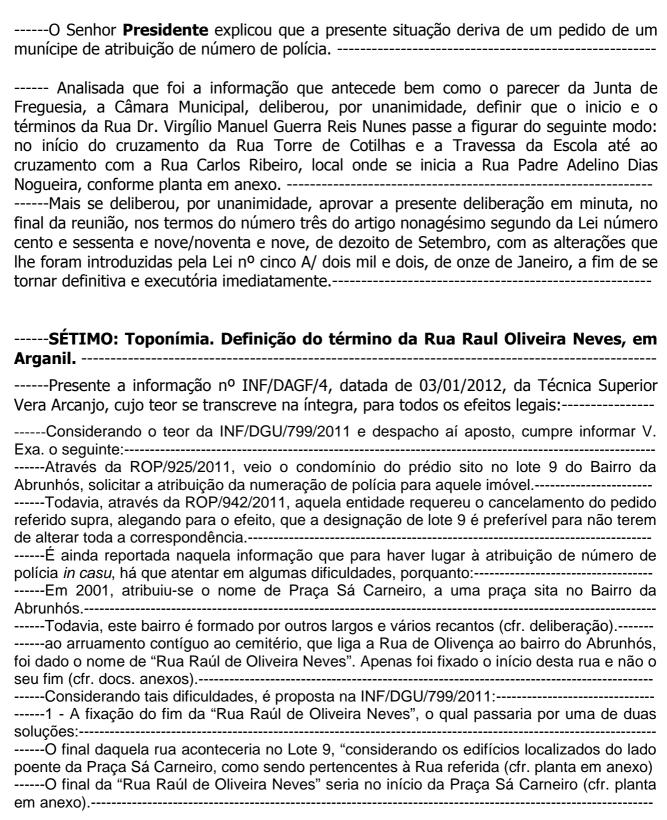
----- A ocupação de espaços públicos está sempre sujeita ao cumprimento dos "critérios de



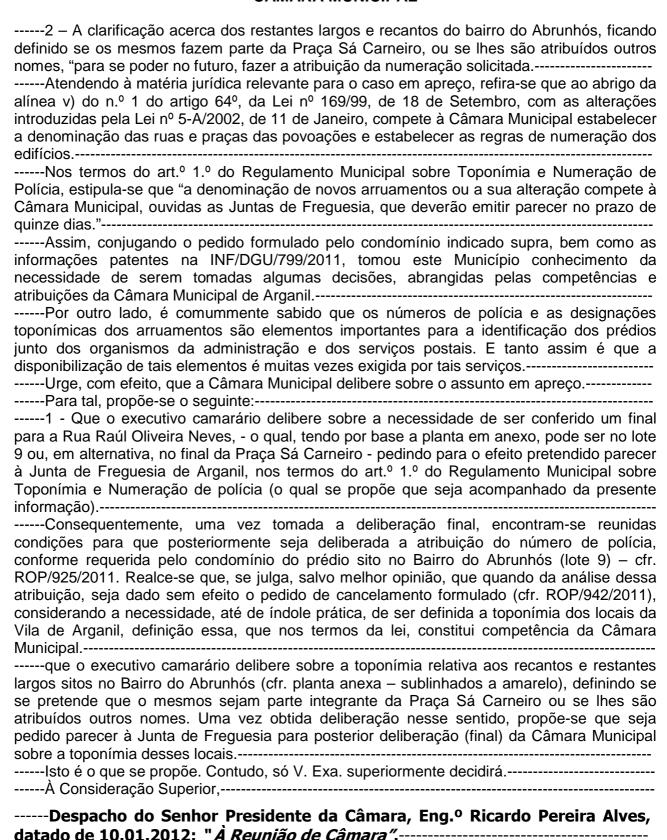


-----Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios.----------Ao abrigo do art.º 1.º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia, reforça-se aquela norma legal, prevendo - se que "a denominação de novos arruamentos ou a sua alteração compete à Câmara Municipal, ouvidas as Juntas de Freguesia, que deverão emitir parecer no prazo de quinze dias."----------Por outro lado, por força daquele Regulamento Municipal, "a numeração de polícia abrange apenas os vãos de portas confinantes com a via pública, que dêem acesso a prédios urbanos ou respetivos logradouros e a sua atribuição é da exclusiva competência da Câmara Municipal" (cfr. art.º 7.º, n.º 1 do Regulamento).----------A numeração obedece às regras plasmadas no art.º 8.º do dito Regulamento. A atribuição de número depende da observância do estipulado no art.º 9.º daquele Regulamento.----------Considerando os factos reportados na INF/DGU/798/2011, que acarretaram per si algumas alterações, urge, salvo melhor opinião, adaptar essa situação fáctica às competências e atribuições da Câmara Municipal.----------Com efeito, Considerando que compete à Câmara Municipal de Arganil, conforme exposto supra, por sua iniciativa própria ou sob proposta de outras entidades, deliberar sobre a toponímia no Concelho de Arganil,----------Considerando o conhecimento oficioso das circunstâncias acima descritas,----------Propõe-se a V. Exa., que em reunião do executivo camarário, se delibere sobre o sequinte:----------pedido de parecer à Junta de Freguesia de Arganil sobre a alteração do início e términus da Rua Dr. Virgílio Manuel Guerra Reis Nunes, a qual se propõe que passe a figurar do seguinte modo: "no início do cruzamento da Rua Torre de Cotilhas e a Travessa da Escola até ao cruzamento com a Rua Carlos Ribeiro, local onde se inicia a Rua Padre Adelino Dias Nogueira" (vide planta em anexo).----------Uma vez colhido tal parecer, propõe-se ainda:----------deliberação do executivo camarário sobre aquela rua,----------atribuição do número de polícia 159 à habitação de Alberto Matias de Carvalho, sita na Rua Padre Adelino Dias Nogueira", devendo este, após tal deliberação, ser notificado da mesma para seu devido conhecimento.----------Isto é o que se propõe. Contudo, só V. Exa. superiormente decidirá.----------À Consideração Superior,----------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 10.01.2012: "À Reunião de Câmara".---------- Recolhido o necessário parecer da Junta de Freguesia de Arganil através do ofício nº 21/2012, datado de 17/01/2012, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:---------- "Em cumprimento do solicitado, somos a informar V. Exa. que nada temos a opor relativamente ao início e o términos da Rua Dr. Virgílio Manuel Guerra Reis Nunes." ------

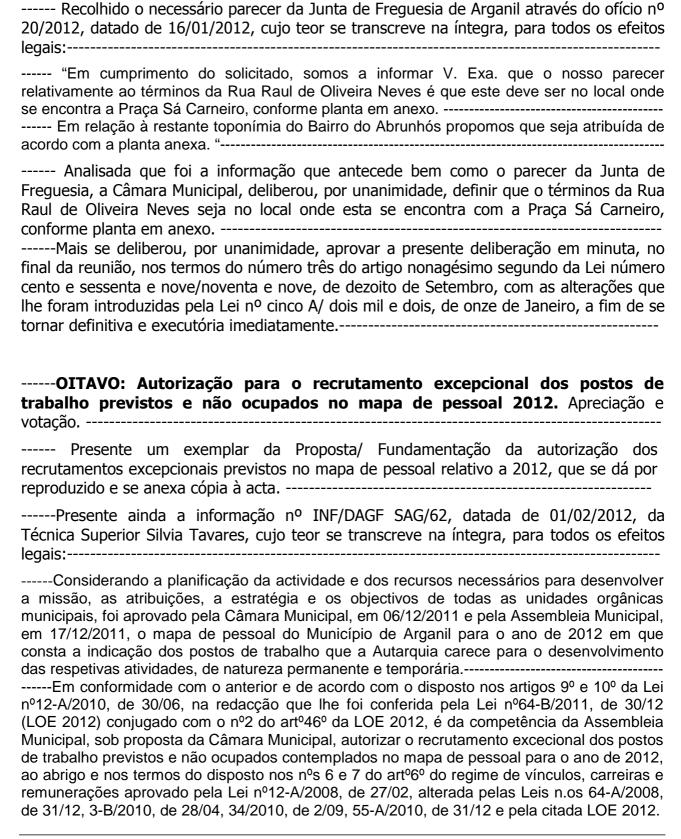




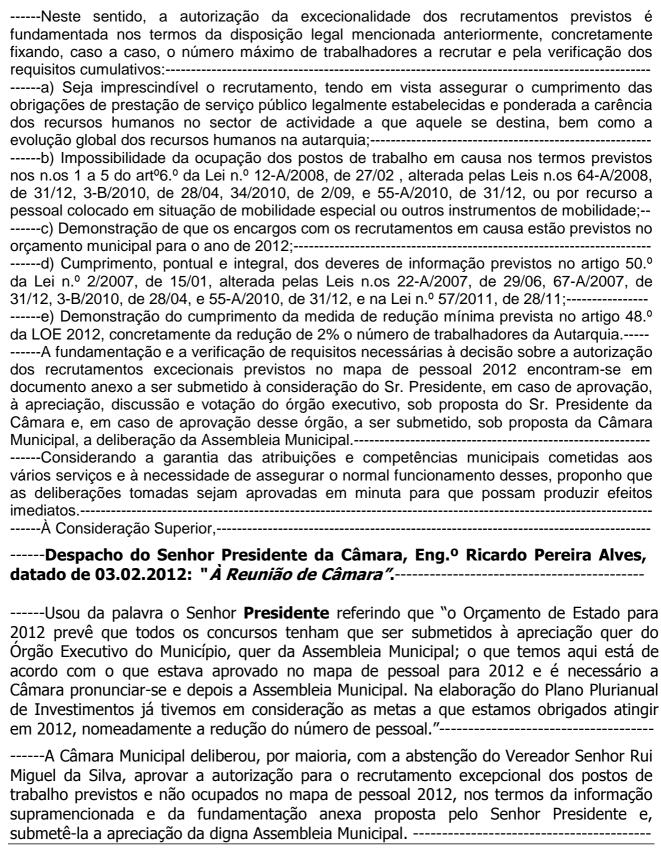






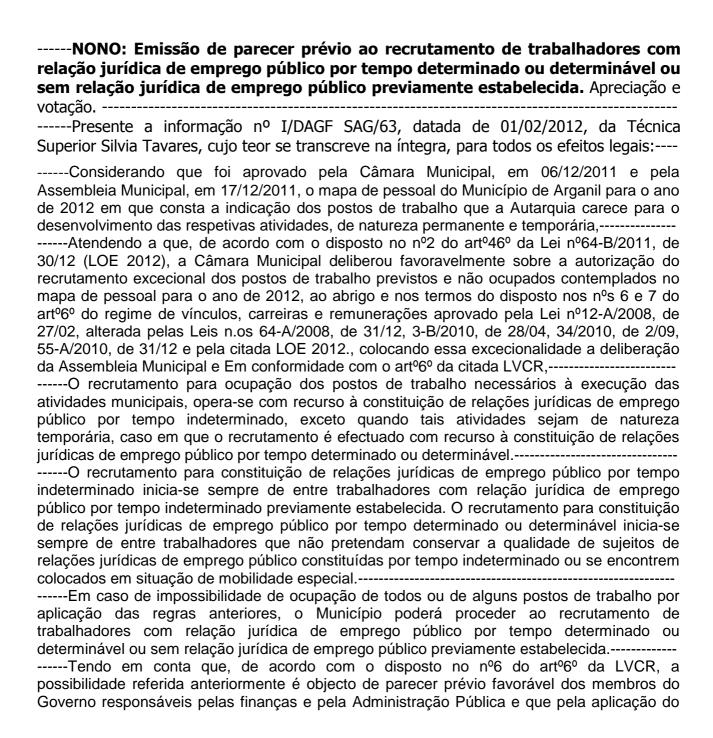








-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.------





artº4º do Decreto-Lei nº209/2009, de 03/09 que procede à aplicação da LVCR à Administração Local, a competência para a emissão desse parecer é da Câmara Municipal,--------Propõe-se a Vs. Ex.a, como dirigente máximo do serviço e a quem cabe a competência da gestão de recursos humanos, com fundamento nos príncipios de racionalização e eficiência que devem reger a atividade municipal, a submissão da emissão de parecer prévio à Câmara Municipal sobre a inclusão no âmbito dos recrutamentos previstos de candidatos com relação juridica de emprego público por tempo determinado ou determinável e ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida para além da admissão prioritária de candidatos e trabalhadores com relação juridica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituida e de trabalhadores em situação de mobilidade especial, uma vez que esta inclusão não obsta a que seja respeitada a ordem de prioridade no recrutamento nos termos mencionados anteriormente e de acordo com o artº39º da LOE 2012, aprovada pela Lei nº64-B/2011, de 30/12, a saber:---------a) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;----------b) Candidatos aprovados sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de relação jurídica, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;---------c) Candidatos aprovados com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável;-----------d) Candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida. Neste contexto e nos termos do disposto no artº33º-A da Lei nº53/2006, de 07/12, alterada pelas Leis nºs11/2008, de 20/02, 64-A/2008, de 31/12 e pela LOE 2012 conjugado com o nº5 do artº38º da LOE 2012, o parecer prévio favorável não obstará também à aplicação da prioridade ao recrutamento de pessoal em situação de mobilidade especial através da execução do procedimento prévio de recrutamento para os postos de trabalho previstos a regular por portaria a publicar e a produzir efeitos com a entrada em vigor dessa.----------Segundo o disposto no nº7 do artº6º da LVCR, o sentido e a data do parecer em questão, no caso de ser favorável, deverá ser expressamente mencionado nos procedimentos de recrutamento previstos no mapa de pessoal 2012.----------Considerando a garantia das atribuições e competências municipais cometidas aos vários serviços e à necessidade de assegurar o normal funcionamento desses, desenvolvendo para isso logo que possível os procedimentos concursais previstos, proponho que a deliberação tomada seja aprovada em minuta para que possa produzir efeitos em tempo útil.----------À Consideração Superior,-----

# ------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 03.02.2012: "À Reunião de Câmara".------





-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei no cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.------

#### Capítulo Terceiro

#### **Expediente**

<b>PRIMEIRO:</b> De <b>Arlete Margarida Tavares Ferreira,</b> residente em Mourão,
Arganil, a requerer a concessão de uma banca exterior, para exposição e venda de artesanato, no Mercado Municipal e a isenção das respectivas taxas
Presente a informação nº INF/DAGF SAG/2 datada de 30/01/2012 da Assistente Técnica Carla Fernandes, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Relativamente à carta da Srª Arlete Margarida Tavares Ferreira (junta em doc. relacionados), para concessão de uma banca para exposição e venda de artesanato no Mercado Municipal de Arganil e isenção das respectivas taxas, tenho a informar o seguinte:Tratando-se de uma artesã, deste concelho, que pretende expôr para publicitar e vender produtos de artesanato criados por si, poderá beneficiar da isenção das taxas nos termos do artº 32º, nº 1 do Regulamento do Mercado Municipal, onde se lê: "Tendo como objectivos princípios () a promoção do desenvolvimento local e, tendo em vista facilitar o escoamento da produção agrícola e/ou actividades conexas, (Artesanato) é concedido aos produtores concelhios a utilização de () bancas, estando isentos de qualquer taxa de ocupação."
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 01.02.2012: "À Reunião de Câmara"
Analisado que foi o pedido bem como a informação supra, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder uma banca exterior no Mercado Municipal e isenta-la da taxa de ocupação, conforme o disposto no nº 1, do artº 32º do Regulamento do Mercado Municipal. Notifique-se.

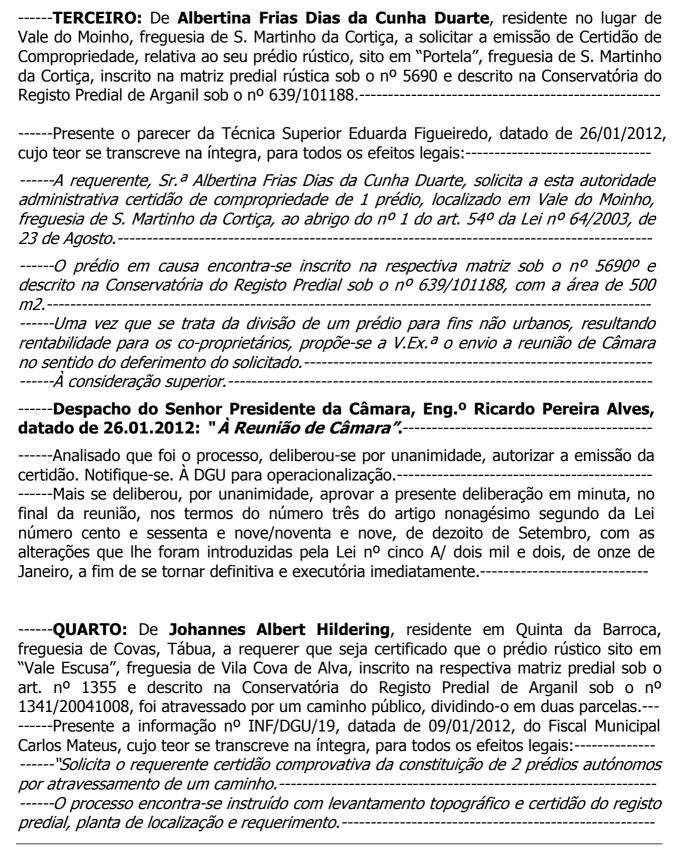


## Capítulo Quarto

# **Requerimentos Diversos**

PRIMEIRO: De Carlos Manuel Gaspar Fontinha, residente na localidade e freguesia de Piódão, Assistente Operacional, a requerer a atribuição de Abono de Família regulado pelo Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 Agosto, referente à sua filha Carolina da Silva Fontinha
<b>SEGUNDO:</b> De <b>António Augusto da Conceição</b> , residente no lugar de Portelinha, freguesia de Pomares, a solicitar a emissão de Certidão de Compropriedade, relativa a quatro prédios rústico, sitos em "Portelinha", freguesia de Pomares, inscrito na matriz predial rústica sob os nºs 7822, 223 e 255 e 7813
Presente o parecer da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, datado de 26/01/2012 cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
O requerente, Sr. António Augusto da Conceição, solicita a esta autoridade administrativa certidão de compropriedade de 4 prédios localizados em Portelinha, freguesia de Pomares, ao abrigo do nº 1 do art. 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto
Os prédios em causa encontram-se inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Pomares sob os artigos nºs 7822, 223 e o 255. O quarto prédio com a matriz nº 7813 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 1680/19980825
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 26.01.2012: "À Reunião de Câmara"
Analisado que foi o processo, deliberou-se por unanimidade, autorizar a emissão da certidão. Notifique-se. À DGU para operacionalização







Localmente existe um caminho, tal como representado no levantamento topográfico que divide igualmente o terreno representado em 2 parcelas
Desta forma, a pretensão encontra-se em condições de ser deferida e emitida a
Certidão solicitada
À consideração superior"
O parecer da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, datado de 30/01/2012, é o
seguinte:
" Dada a informação do F.M. conclui-se que o prédio localizado na freguesia de Vila Cova de Alva foi atravessado por um caminho público, pelo que se propõe a V.Exª o encaminhamento da presente informação a Reunião de Câmara para o seu deferimento. Mais se informa que a Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva foi notificada para emitir parecer no dia 2 de Janeiro do corrente ano, contudo, até à presente data, ainda não se pronunciou, tendo expirado os 20 dias para se pronunciar
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 30.01.2012: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, certificar que o prédio acima
mencionado foi atravessado por um caminho, dividindo-o em duas parcelas independentes
com a seguinte composição:
<b>Parcela (A)</b> – Área de 1.731,00 m², com as seguintes confrontações:
Norte: Arthur Andrew Wilson;
Nascente: Caminho;
Poente: Luis Nunes Quaresma
<b>Parcela (B)</b> – Área de 4.810,70 m², com as seguintes confrontações:
Sul: António dos Reis;
Norte: Caminho;
Poente: Caminho
<b>Área cedida:</b> 658,30 m²
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente
<b>QUINTO:</b> Da <b>Junta de Freguesia de Côja,</b> a requerer a aprovação dos projectos de engenharia de especialidades, relativos ao licenciamento de obras de alteração de edifício para comércio de bebidas, localizado em Fonte Nova, Côja



Presente o parecer da Técnica Superior Eduarda Figueiredo, datado de 23/01/2012, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Por requerimento com registo de entrada no serviço de Balcão Único desta Câmara Municipal, sob o nº 1345, datado de 28 de Dezembro de 2011, veio a Junta de Freguesia dar entrada de elementos, com vista a aprovação dos projectos de engenharia de especialidades relativos ao licenciamento de obras de alteração de edifício para comércio de bebidas, localizado em Fonte Nova, vila de Côja
Dado o presente parecer e os anteriores, propõe-se a V.Exª proceder de acordo o nº 2 do art. 7º do RJUE, envio do projecto a Reunião de Câmara para emitir parecer prévio não vinculativo, de deferimentoÀ consideração superior
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 23.01.2012: "À Reunião de Câmara"
<b>SEXTO: Auto de Vistoria para efeitos de recepção provisória e redução de caução</b> . Proc. nº 90/2010 — Construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis e Estação de Serviço de Lavagem de Automóveis
Presente um exemplar do Auto de Vistoria para Redução de Caução, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
AUTO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E REDUÇÃO DE CAUÇÃO
<b>Proc. Nº90/2010 -</b> Construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis e Estação de Serviço de Lavagem de Automóveis
Alvará de Obras de Construção Nº28/2011 Requerente - <b>Distriarganil – Supermercados, Lda.</b>



----- Obras de urbanização do processo referido em epígrafe, licenciado pelo alvará de obras de construção Nº28/2011 de 25 de Maio de 2011, com validade até ao dia 28/05/2012 ---------- Aos trinta e um dias do mês de Janeiro do ano dois mil e doze, pelas 10h00m, compareceram no local Barroca - Gândara, freguesia e Concelho de Arganil os peritos, Carla Sofia Bandeira Neves, engenheira técnica civil, Sérgio Daniel Gonçalves Almeida, engenheiro técnico civil e Paulo Jorge Almeida Martins, fiscal municipal, todos na qualidade de técnicos designados pela Câmara Municipal, conforme deliberação de Câmara de vinte de Abril do ano dois mil e dez, e, Paulo Jorge da Silva Correia, diretor de fiscalização da obra e David Flávio Marques Querido, em representação do requerente, para efetivação de vistoria em virtude de pedido de redução da caução das obras de urbanização integradas no processo supra referido licenciado pelo alvará nº28/2011, em nome Distriarganil – Supermercados, Lda, ao abrigo do nº5 do artigo 54º e artigo 87º do RJUE, conforme requerimento ROP nº1268.--------- Verificadas as infraestruturas da responsabilidade do promotor sujeitas a prestação de caução, nomeadamente pavimentação do arruamento e pavimentação em passeios, concluise o sequinte: ---------- Conforme projeto aprovado foi estabelecido a pavimentação do arruamento e passeios. --------- Verificada a situação e em cumprimento do estabelecido no nº2 do artigo 87º do RJUE considera-se que os trabalhos integrados na realização de obras de urbanização cumprem o projeto, não apresentando deficiências, estando em condições de serem recebidos provisoriamente permitindo a libertação da caução de acordo com o estabelecido no nº5 do artigo 54º do RJUE, isto é, poderá ser libertada a caução até 90% do montante inicialmente prestado, sendo o remanescente libertado com a receção definitiva das obras de urbanização. --------- O valor da caução inicialmente prestada por depósito em dinheiro (guia de recebimento nº 224/2011 de 17/05/2011 foi de 5.920,00€ ----------- O valor correspondente a 90% da caução inicial é de 5.328,00€ ---------- Pelo referido anteriormente, quantifica-se a redução da caução no valor de 5.328,00€, a que corresponde 90% da caução inicialmente prestada, cumprindo o estabelecido no nº5 do artigo 54º do RJUE. ---------- Nos termos do nº5 do artigo 87º do RJUE o prazo de garantia das obras de urbanização é de cinco anos.--------- Para efeitos do disposto no nº1 do artigo 87º, onde é referido que é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre a receção provisória das obras de urbanização é entendimento desta comissão que: --------- Os trabalhos integrados na realização de obras de urbanização, se encontram em condições de serem recebidos provisoriamente.--------- Estão criadas todas as condições para a redução de caução no valor de 5.328,00€ a que corresponde 90% do montante inicial da caução prestada, o que se traduz na apresentação de uma caução pelo promotor no valor de 592,00€ (10%); cumprindo o estabelecido no nº5 do artigo 54º do RJUE. ----------- Arganil, 31 de Janeiro de 2011. -----

# -----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 31.01.2012: "À Reunião de Câmara".-----

-----Analisada que foi a informação deliberou-se, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria para efeitos de recepção provisória e redução de caução no valor de 5.328,00€ a que corresponde 90% do montante inicial da caução prestada, o que se traduz na



#### Capítulo Quinto

#### **Empreitadas**

aprovação do Auto de Medição nº 22, referente aos trabalhos do mês de Dezembro
Presente a informação nº INF/DGU/42, datada de 21/10/2012, da Técnica Superior Carla Neves, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
"Telhabel Construções, S.A", pelo valor da sua proposta 5.181.491,60€ (cinco milhões, cento e
oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à
taxa legal em vigor, com prazo de execução de 30 meses
2) Para os devidos efeitos, foi solicitada a caução no valor de 259.074,58€ (duzentos e
cinquenta e nove mil e setenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), a que corresponde 5%
do valor de adjudicação
3) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº36230488102714, emitida pelo
Banco Santander Totta no valor de 259.074,58€, a que corresponde 5% do valor de adjudicação,
para garantia do contrato
4) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº962300488003643, emitida pelo
Banco Santander Totta no valor de 58.515,56€, referente à retenção de 5% nos autos de medição
nº1 a 8
5) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº962300488004541, emitida pelo
Banco Santander Totta no valor de 21.394,33€, referente à retenção de 5% nos autos de medição
nº9 a 11



6) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº962300488005279, emitida pelo
Banco Santander Totta no valor de 9.328,02€, referente à retenção de 5% nos autos de medição
nº12 a 14
7) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº2502.005426.293 emitida pela
Caixa Geral de Depósitos no valor de 16.165,31€, referente à retenção de 5% nos autos de
medição nº15 a 18
8) Foi apresentado pelo empreiteiro a garantia bancária nº962300488007382, emitida pelo
Banco Santander Totta no valor de 15.999,90€, referente à retenção de 5% nos autos de medição
nº19 a 20
9) O contrato em causa obteve o visto do tribunal de contas no dia 22/10/2010
10) Foi apresentado pela fiscalização VHM Coordenação e Gestão de projectos, o Auto de
Medição Nº22 de Dezembro/2011 para aprovação:
Auto de Medição Nº22- Trabalhos Contratuais de 30/12/2011, no valor de 103.978,04€ + Iva
devido pelo adquirente (conforme instruções da contabilidade)
Mais se informa que tendo em conta os requisitos das candidaturas, o Auto de medição em
anexo, apresenta-se divido em Bloco A, Bloco B+C + Arranjos Exteriores e um geral, conforme
indicação da Dr <sup>a</sup> Maria Carmo

## Mapa Financeiro da Obra 2010

Auto nº	4	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Totais
Data	31-03-2010		28-05-2010	30-06-2010	30-07-2010	30-08-2010	30-09-2010	29-10-2010	30-11-2010	31-12-2010	iuas
Factura nº				0000000	33.2.0		333233		<u> </u>	0: ===:	
data											
Bood											
	6.179,91	12246,53	44.557,84	70.284,82	80.401,41	92.269,67	70.359,42	-1.045,61	173.254,87	9.323,09	557.831,95
BoooB											
+C	20.712,08	27.301,25	54.331,18	103.841,47	65.198,74	64.210,37	78.133,07	310.705,36	36.429,85	128.050,74	888.914,11
Arranj.											
Ext						3.754,58	6508,65	60.360,42	14.982,54	9.584,13	95.190,32
Total	26.891,99	39.547,78	98.889,02	174.126,29	145.600,15	160.234,62	155.001,14	370.020,17	224.667,26	146.957,96	1.541.936,38
IVA											
dev											
adq.	1.613,52	2372,87	5.933,34	10.447,58	8.736,01	9.614,08	9300,07	22201,21	13.480,04	8.817,48	92.516,18
total	28.505,51	41.920,65	104.822,36	184.573,87	154.336,16	169.848,70	164.301,21	392.221,38	238.147,30	155.775,44	1.634.452,56

#### Mapa Financeiro da Obra 2011





						Tra	balhos Contr	atuais					
Autori	2010	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
Data		31-01-2011	28-02-2011	31-03-2011	30-04-2011	31-05-2011	30:06-2011	2907-2011	31-08-2011	30:09-2011	31-10-2011	30-11-2011	
BoooA	557.831,95	16.303,66	32027,33	15998,10	65.498,70	105.461,94	34425,53	22.182,37	22307,73	69.092,93	8708,83	20.455,77	14.205,05
Воов													
+C	888.914,11	30.898,57	2701,50	20.944,39	21.031,94	6499,09	30.053,00	42036,34	36.317,77	71.941,31	154.851,83	63062,58	80.862,60
Arrarj.													
Ext	95.190,32	9.059,18	5.506,76	7.495,54	15.356,23	2161,00	8.644,00	5.191,53	8.025,87	5.705,97	9.697,16	16542,25	8.910,39
Total	1.541.936,38	56.261,41	40.235.59	44438,03	101.886,87	114.122,03	73.122,53	69,410,24	66.651,37	146.740,21	173.257,82	100.060,60	103.978,04
NAdev		•		·	·								
adq.	92516,18	3375,68	2414,14	2666,28	6.113,21	6847,32	4.387,35	4.164,61	3999,08	8.804,41	10.395,47	6.003,64	6.238,68
total	1.634.452,56	59.637,09	42649,73	47.104,31	108,000,08	120,969,35	77.509,88	73.574,85	70.650,45	155.544,62	183,653,29	106.064,24	110.216,72
							<u>irabalhosan</u>	nais	-		ı		
Autor	1	1	1	1	1	2							
Ref.	(E001rev03,												
	TM03rev01,	Th Md CO	TR #04	TI /DE (4	A4 Diago C	Alt. Bloco C							
	TIVO6)	TM11rev02	TIM21	IIVZorewi	Att. Blood C	Alt. Blood C							
Contr.													
Adic. Nº	10	40	40	7º	109	10º							
Prop.	•		-	•	10								
NY(SŒ)	1	6	7	14	19	19							
data	28-02-2011	12-09-2011	12-09-2011	12-09-2011	24-10-2011	30-11-2011							
valor	7.594,20	1.149,04	560,00	9.588,35	114364,07	3933,15							
MA	455,65	68,94	33,60	575,30	6.861,84	235,99	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
total	8.049,85	1.217,98	593,60	10.163,65	121.225,91	4169,14	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
							Erros/Omissi						
Autor	1	1	1	1	1	1	1	1					
	Erros (E001						Erros(TM24						
	rev. 03, EC												
	Esc., E005,												
	E006, Tin09,												
	E004, TIVI20 rex01))	Fros/TM17)	Erros (TM22)	E003	E010rev01	E007	rev02)	E013rev02					
Contr.	rescut)	1100(111111)	<u> </u>		<u> Diacioi</u>		10102						
Adic. Nº	<b>2</b> º	30	39	<b>6</b>	69	59	89	99					
Prop.													
N(SŒ)		3	5	12	13	8	15	16					
data	28-02-2011	12-09-2011	12-09-2011	12-09-2011	12-09-2011	30-11-2011	30-11-2011	30-11-2011					
valor N/A	54.970,25	2243,13	556,40	1.527,66	11.127,02	1.369,05	6.975,52	1.569,70	000	000			000
MA	3298,22	134,59	3338	91,66	667,62	82,14 4,451,40	418,53	94,18	0,00	0,00			0,00 <b>0.00</b>
total	58.268,47	2377,72 Total	589,78 S1va	1.619,32	11.794,64	1.451,19	7.394,05	1.663,88	0,00	0,00			U,UU
			Olva										
Valor	adjudicação	5181491,6	%										
	Contratuais	2632101,12	50,80%										
	ab.a Mais	,											
Ilia	an a ivers	137188,81	2,65%										
Erro	s/Onissões	80338,73	1,55%										



Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 19.01.2012: "À Reunião de Câmara"
Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Senhor Rui Miguel da Silva, aprovar o Auto de Medição nº 22, referente aos trabalhos do mês de Dezembro de 2011, no valor total de 110.216,72€ (cento e dez mil duzentos e dezasseis euros e setenta e dois cêntimos), imputáveis 100% ao dono da obra
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente
<u>Capítulo Sexto</u> <b>Comunicações da Presidência</b>
O Senhor Presidente deu conhecimento do seguinte:
Da celebração da escritura de permuta, celebrada no passado dia 20 de Janeiro, nos termos deliberados na reunião de Câmara de 7 de Junho de 2011
Do teor da informação nº 61/2012, referente às questões suscitadas em reunião de Câmara realizada no passado dia 17 de Janeiro, no que respeita ao Projecto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de prestação de Serviços do Concelho de Arganil
ENCERRAMENTO
E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram onze horas, para constar se lavrou a presente acta, que eu Carla Maria Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente